

## VITÓRIA DOS TRABALHADORES: SUSPENSOS EFEITOS DA CGPAR 23

*Resolução que limitava participação do governo em planos de saúde de estatais foi revogada*

**A**pós uma luta intensa das entidades sindicais para evitar retrocessos no nosso plano de saúde, conseguimos ontem, 01, a suspensão dos efeitos da famigerada CGPAR 23, que modificava as regras de custeio das empresas estatais federais sobre benefícios de assistência à saúde aos empregados. A suspensão ocorre após a aprovação do Senado do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 342/2021 de autoria da deputada federal Erika Kokay (PT-DF).

Com o resultado da votação de ontem, os sindicatos e a FRUNE vão solicitar a imediata suspensão de **TODOS** os efeitos da CGPAR 23 no ACT. “Entendemos que houve impactos extremamente prejudiciais à categoria na construção do nosso acordo em razão da Resolução 23. Dessa forma, iremos solicitar que as distorções criadas sejam imediatamente corrigidas”, destaca o presidente da FRUNE, Raimundo Lucena.



### COMPROMISSO RECONHECIDO

Importante destacar nessa luta, o empenho da deputada federal Erika Kokay (PT-DF), que apresentou o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 342/2021 para ser submetido à consideração do Senado Federal, fazendo uma grande articulação com os parlamentares a fim de garantir a sua aprovação. “Sempre ressaltamos o quanto é importante termos representantes públicos que defendam os nossos interesses. A atuação de Érika serve de exemplo para refletirmos em quem votamos”, frisou o Diretor de energia da FRUNE, Fernando Neves.

### LAMENTÁVEL

Se por um lado o exemplo de Érika Kokay deve ser reconhecido, por outro, precisamos repudiar a postura do Líder do governo no Senado, Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) foi contra a aprovação do projeto. Na prática, Fernando Bezerra foi contrário ao fato dos servidores das empresas terem acesso à saúde. Isso mostra a falta de sensibilidade com quem faz as estatais terem lucro e ampliarem resultados ano após ano, ajudando inclusive o Governo a superar crises como a que passamos atualmente.

# Denúncia da AEEI põe em xeque processo de privatização da Eletrobras

Associação denuncia papel triplo do Banco GENIAL no processo de capitalização da Eletrobras

Uma grave denúncia da Associação de Empregados da Eletrobras (AEEI) mostra potencial ato lesivo ao erário e ao mercado do Banco Genial no processo de capitalização da Eletrobras. Ao mesmo tempo, o Banco é Acionista Preferencialista da holding, integrante do consórcio contratado pelo BNDES e acionista + avaliador “independente”. Ou seja, exercendo papéis com acesso a informações privilegiadas, o que caracteriza ato lesivo ao mercado de capitais do Brasil.

A associação, como acionista minoritária da Eletrobras, pediu os que a situação denunciada seja investigada na CVM, sendo analisados todas as comunicações do Genial com seus clientes sobre a Eletrobras e as movimentações de papéis da corretora do Genial na B3, desde o início dos trabalhos do consórcio do BNDES (o banco já recebeu centenas de relatórios de todas as diretorias da empresa).

Segundo a AEEI é fundamental que o TCU, que tem a atribuição constitucional de avaliar operações desta natureza, investigue esta situação pitoresca. “Entendemos que o mais sensato seria a impugnação deste consórcio vencedor e reinício do processo licitatório, o que seria uma posição prudente, diligente, ética e responsável das partes envolvidas com a venda de um ativo público. Não deixaremos que um ente conflitado faça “barba, cabelo e bigode” com os ativos da maior empresa de energia elétrica da América Latina”, finaliza o documento da AEEI, enviado ao TCU.



## RISCO DE APAGÃO É RESULTADO DA ERRADA DECISÃO DE PRIVATIZAR A ELETROBRAS

A FRUNE e os sindicatos do Nordeste travaram uma luta titânica em defesa da manutenção da Eletrobras/Chesf pública. Alertamos em centenas de audiências públicas, atos, reuniões com dirigentes públicos, sobre as graves consequências de uma privatização. Eis que em menos de três meses após a aprovação da MP 1031 no Senado, vemos o país ameaçado com aumento de tarifas, risco de apagão e racionamento. Na verdade, a chamada crise hídrica não justifica totalmente a situação que estamos passando como o governo tenta fazer a população crer.

Com o anúncio da privatização da Eletrobras, não houve deliberadamente investimentos públicos suficientes no setor elétrico, enquanto isso o setor privado também não fez investimentos, já que aguardava comprar usinas prontas. Resultado: um déficit de adição de nova capacidade desafiava um consumo que cresce a mais de 1.500 MW médios/ano.

O que há, além da falta de chuvas, é ausência total de um planejamento adequado do país para se gerenciar esse tipo de problema ao longo da história.

“Quando você sinaliza que vai privatizar uma empresa desse porte, que tem várias empresas controladas, subsidiárias, e com muitas instalações – ela hoje representa 30% da geração e quase 50% da transmissão [de energia] –, normalmente se tem uma estratégia de diminuir a capacidade técnica da empresa ou das empresas, porque a Eletrobras é um conjunto de empresas, e se começa a dar incentivos de aposentadorias, e aí vão perdendo uma capacitação técnica”, destacou o professor e pesquisador Renato Queiroz, em recente entrevista ao Jornal Brasil de Fato.

Seguiremos defendendo a Eletrobras/Chesf pública. As empresas, através dos seus trabalhadores, é que vão mostrar os caminhos para superar esse momento, provando que privatizar é um erro irreparável.